



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10920.000246/95-51

**Sessão :** 11 de junho de 1997

**Recurso :** 100.178

**Recorrente :** CÔNSUL S.A.

**Recorrida :** DRJ em Florianópolis - SC

**DILIGÊNCIA N.º 203-00.600**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**CÔNSUL S.A.**

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

mdm/CF/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10920.000246/95-51  
**Diligência :** 203-00.600

**Recurso:** 100.178  
**Recorrente :** CÔNSUL S.A.

RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Preliminarmente, verifico que a autuação se fez contra a empresa CÔNSUL S.A., dela exigindo multa regulamentar por descumprimento de obrigação acessória (artigo 173 do RIPI/82), por ter adquirido mercadorias da empresa SABROE TUPINIKIM TERMOINDUSTRIAL LTDA. (fls. 01/05).

Acrescento que dos autos consta cópia de recurso voluntário interposto pela predita remetente, mas não há notícia do julgamento desse apelo na área do Segundo Conselho de Contribuintes.

Isto posto e com base na iterativa jurisprudência desta Terceira Câmara, voto no sentido de ser o julgamento do presente recurso voluntário convertido em diligência, para que, na repartição de origem, seja juntado cópia de decisão quanto ao recurso da empresa vendedora remetente acima citada.

É como voto.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1997

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY